



Conferência de Imprensa (2008-02-16)
“Fim da tarifa de estudante”

A Comissão Política Regional da Juventude Popular resolveu pronunciar-se sobre a liberalização dos transportes aéreos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira.

Há cerca de três semanas deu entrada na Assembleia Legislativa, para pedido de parecer, um projecto de Decreto-Lei da autoria do Governo da República prevendo a prometida liberalização das ligações aéreas entre o continente e a Madeira, acabando com quaisquer obrigações de serviço público por parte das companhias aéreas, simplesmente eliminando a tarifa de estudante para os jovens da Região e estabelecendo como transitória a compensação do Estado aos residentes.

Tendo o Grupo Parlamentar do CDS/PP manifestado a sua discordância do diploma e apelado ao Governo Regional que revelasse publicamente em que pé estão as negociações entre os dois governos e volvidas três semanas sem qualquer resposta sobre esta matéria a Juventude Popular resolveu abordar o assunto alertando para o seguinte.

As famílias madeirenses à semelhança de todas as outras do país vivem os piores momentos financeiros dos últimos anos. A tarifa de estudante apesar de ser uma pequena ajuda no valor da passagem aérea, é mais uma forma de diluir os custos de insularidade, para os jovens que para concluir os seus estudos precisam de se deslocar para o continente português.

O facto deste projecto de decreto-lei prever a liberalização total do transporte aéreo e não uma liberalização contratualizada como defende o CDS/PP e consequentemente a Juventude Popular, poderá levar a que os jovens se vejam impedidos de regressar de imediato a casa nos períodos de férias. Entendemos que em situações limite, as companhias aéreas não estando obrigadas a um número mínimo de voos diários ou no caso de alturas em que se registre movimento de passageiros fora do comum, podemos ter estudantes a pagarem preços proibitivos para regressarem a casa nos períodos festivos. Casos do Natal, Carnaval, Páscoa ou início do Verão.

Números do Governo Regional apontam para mais de cinco mil estudantes da Região deslocados para estudarem no continente, são às centenas as famílias que todos os dias fazem sacrifícios para dar formação superior aos seus filhos. Estas Famílias não têm culpa de a Região por força do isolamento geográfico a que está sujeita não poder oferecer todos os cursos a que o resto do país tem acesso. Compete ao Estado atenuar essas diferenças e no caso dos estudantes a responsabilidade é a dobrar porque a formação é um pilar fundamental do desenvolvimento de uma Região.

Por último a JP apela directamente ao Governo Regional que se pronuncie publicamente sobre este assunto. Revelando qual a sua posição e a que nível terá dado o seu aval a este projecto de Decreto-Lei agora proposto pelo Governo da República. A Juventude Popular entende que esta é a altura crucial para travar qualquer alteração negativa às participações do Estado nas deslocações dos residentes e estudantes para as regiões autónomas.

A Comissão Política Regional da Juventude Popular